



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº , CCJ
(à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019)

Inclua-se o § 12 ao artigo 156-A e altere o §15 do artigo 195.

“Art. 156-A.

.....
§ 12 Para fins do disposto no § 1º, VIII, o saldo credor não compensado nas operações do mês será restituído ao menor prazo dentro de 60 (sessenta) dias.

.....
Art. 195.

.....
§ 15. Aplica-se à contribuição prevista no inciso V o disposto no art. 156-A, § 1º, I a VI, VIII, X a XII, § 3º, § 5º, II, III, V, VI e IX, §§ 6º a 10 e § 12.” (NR)

JUSTIFICATIVA

De início, é importante adotar o conceito de “saldo credor” ao invés da terminologia de “créditos acumulados” conforme proposto na redação aprovada da PEC 45/2019. Isto porque há uma diferença técnica entre essas terminologias. A primeira consiste no montante habilitado perante às instituições tributárias competentes, enquanto a segunda terminologia significa a quantidade dos créditos que foram escriturados em conta gráfica e que não foram utilizados em determinado período, estando em fase de apuração para eventual compensação.

Apesar disso, em razão de promover eficiência e agilidade necessárias para compensação dos créditos, pilares fundamentais no modelo desenhado do IVA, é imprescindível que o texto constitucional estabeleça um prazo máximo para essa compensação, resguardando, contudo, o regramento para legislação complementar.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

Importante destacar que eventuais dificuldades para compensação dos créditos acarretarão na incorporação da íntegra do montante referente ao tributo na base de custos dos agentes econômicos, não restando alternativas além do repasse para os demais elos da cadeia (efeito cascata). Ademais, a criação desse custo adicional vai demandar mais fluxo de capital nas atividades produtivas, inviabilizando aquelas que requerem elevado custo de produção e/ou criando barreiras à entrada para que novos concorrentes ingressem nesses mercados.

Aliás, considerando que o modelo dual requer a uniformização das regras e procedimentos a serem adotados pelos entes competentes (União, Estados e Municípios), o estabelecimento de um prazo máximo serve como mais um instrumento de previsibilidade, padronização e organização desse novo sistema.

Isso posto, contamos com o apoio do Senado Federal para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão , outubro de 2023.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS/RR)